

# BOLETIM



## 21 DE JUNHO “Um dia no Museu”

Com familiares de ex-  
presos políticos  
da ditadura fascista

Dia 21 de junho, contamos consigo em Peniche.

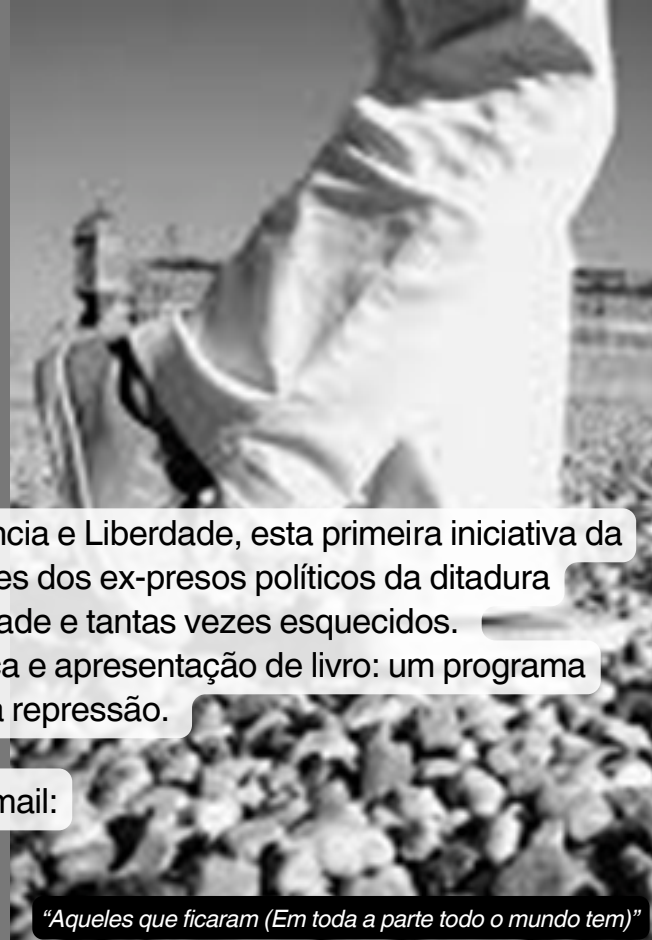
Organizada em parceria com o Museu Nacional Resistência e Liberdade, esta primeira iniciativa da Associação tem como propósito homenagear os familiares dos ex-presos políticos da ditadura fascista – pilares centrais da resistência e luta pela liberdade e tantas vezes esquecidos.

Visita guiada, exibição de documentário, conversa pública e apresentação de livro: um programa pensado para celebrar as redes de afeto que resistiram à repressão.

Consulte o cartaz completo em anexo.

A participação é gratuita, mas pedimos a inscrição por email:

[associacaoamigosmnrifortalezap@gmail.com](mailto:associacaoamigosmnrifortalezap@gmail.com)



“Aqueles que ficaram (Em toda a parte todo o mundo tem)”

## PARTICIPE, DIVULGUE, TRAGA MEMÓRIAS

Lançamos um repto especial aos nossos associados: tragam amigos, familiares e a vossa história. Se tiverem cartas, fotografias, cartões de visita ou outros objetos ligados ao tempo da prisão ou da resistência, tragam-nos convosco. Esses testemunhos ajudam a dar vida à memória e a enriquecer a partilha durante a visita guiada.



# A ERA DAS DESCOLONIZAÇÕES

Depois de uma longa guerra de desgaste em três palcos africanos (Angola, Guiné e Moçambique), o MFA (Movimento das Forças Armadas) decidiu-se pelo derrube do regime fascista e pela implantação de um regime democrático com capacidade para acabar com as guerras coloniais e desencadear um processo de autonomização e independência das colónias portuguesas. As guerras tinham durado treze longos anos e deixado um rasto de desgaste e morte ainda hoje difícil de apurar em toda a sua extensão: 800 mil soldados mobilizados a partir da metrópole, 10 mil mortes, 200 mil estropiados e stressados e cerca de 20 mil desertores e refratários. A estes números falta acrescentar a mobilização da população indígena e contar os seus mortos e estropiados, coisa que provavelmente nunca se virá a conhecer.

Sabemos, isso sim, que as ditas guerras coloniais foram antecedidas por massacres brutais, como a «Matança de Batepá» (S. Tomé e Príncipe, 1953), onde se apontam 1032 mortos resultantes da repressão sobre as populações revoltadas contra o trabalho forçado. As guerras coloniais foram decididas por uma clique reduzida do regime e, por isso, tiveram desde sempre a oposição do povo português. Apesar de ser difícil a expressão do anticolonialismo sob o domínio do regime fascista, a luta contra a Guerra Colonial constituiu sempre um motivo de combate. Logo a partir dos anos 50, o PCP apresentou a luta contra a guerra colonial como inseparável da luta contra o fascismo. Nos anos 60 e 70, essa luta alargou-se a outros setores da sociedade portuguesa, com destaque para os católicos progressistas e para os movimentos estudantis de expressão política radical.



O Programa do MFA previa «o claro reconhecimento do direito de autodeterminação». Contudo, o processo de descolonização só se iniciou verdadeiramente depois da promulgação da Lei 7/74, de 27 de julho, já na vigência do II Governo Provisório chefiado por Vasco Gonçalves porque, até aí, o Presidente da República António de Spínola tinha tentado substituir o direito à autodeterminação e independência por um processo referendista e neo-colonialista.

Com a liderança da descolonização pelo MFA, o processo acelerou pelo reconhecimento do direito à independência, seguida de cessar-fogo, levado a cabo por governos de transição, assegurados por governadores militares portugueses. Incumbiu-lhes encontrar os verdadeiros interlocutores para a entrega do poder e promover a forma de transição. O processo foi relativamente facilitado na Guiné-Bissau (10.09.1974), em S. Tomé e Príncipe (12.07.1975), em Cabo Verde (05.07.1975) e em Moçambique (25.06.1975) e muito dificultado em Angola, onde os interesses económicos e políticos internacionais se fizeram sentir de forma especial. No entanto, a independência ocorreu na data prevista (11.11.1975), com a entrega do poder ao MPLA.

Não impediu, contudo, que uma parte muito significativa da população branca tivesse de regressar à metrópole, em número que se terá aproximado do meio milhão de refugiados/retornados. Em Timor, o processo complicou-se com a integração da colónia portuguesa na Indonésia, em novembro de 1975. Só em 1999, com o patrocínio e intervenção militar da ONU, Timor acedeu à independência, através de um referendo.

## LEMBRETE DE QUOTAS E NOVOS ASSOCIADOS

Se ainda não regularizou a sua quota de 2025, agradecemos que o faça com brevidade para a conta oficial da Associação na CGD com o IBAN PT50 0035 0612 0003 6327 030 26. A sua contribuição garante a continuidade da nossa missão. **Os cartões de sócio estão já a ser emitidos. No dia 21 de junho, aproveitaremos para entregá-los aos sócios que estiverem presentes.** Convide mais pessoas a tornarem-se associados: basta preencher a ficha de inscrição (em anexo), consultar os Estatutos e pagar a quota mínima anual de 12€.

Dúvidas e envio das inscrições remeta para: